



A questão se resolve após queixas de donos de imóveis em regiões próximas do mar, sobretudo nas mais pobres, como a Zona Noroeste

Bolsonaro anuncia reajuste menor da taxa de ocupação

Presidente cancela alta de 50,3% a imóveis em áreas de marinha e define elevação de 10%

RAFAEL MOTTA

DA REDAÇÃO

O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse ontem à noite, em sua live semanal transmitida por redes sociais, que uma medida provisória (MP) deverá ser publicada hoje, em edição extraordinária do Diário Oficial da União, para reduzir, de 50,3% para 10%, o reajuste aplicado neste ano na taxa de ocupação de imóveis em áreas de marinha.

A questão se resolve após cerca de três semanas das primeiras queixas de donos de imóveis em regiões próximas do mar, especialmente em áreas mais pobres, como a Zona Noroeste de Santos, e afetará em torno de 42 mil proprietários de casas e apartamentos na Baixada Santista. Porém, segundo Bolsonaro, a medida valerá para todo o País.

Nos seis minutos em que tratou do assunto em sua transmissão ao vivo, o presidente deu crédito à deputada federal Rosana Valle (PL) pela decisão de aplicar somente a inflação oficial na correção da taxa de ocupação — o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 10,06% no ano passado.

“Ela (a parlamentar) entrou em contato comigo, liquei para a SPU (Secretaria do Patrimônio da União), falei com o Diogo MacCord e pedi para atender o pedi-



Deputada Rosana Valle recebeu crédito de Jair Bolsonaro durante live em redes sociais ontem à noite

do da deputada, já que um aumento de 50% é um absurdo”, disse o presidente.

MacCord é secretário de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia. Tido como um dos principais responsáveis pela privatização da Eletrobras, deve deixar o cargo no final do mês.

Bolsonaro havia creditado o reajuste da taxa de ocupação, que chegou a 50,3%, à alteração da Planta Genérica de Valores (PGV) da Prefeitura de Santos, ressaltando que “não tenho nada a ver com isso”. A correção, porém, tem por base a Lei Federal 9.636, de 1998, que limita reajustes a cinco vezes a variação do IPCA.

NO SENADO

Aprovada pela Câmara em fevereiro, está parada no Senado a proposta de emenda à Constituição (PEC) para dar fim ao instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e dispor sobre a propriedade desses imóveis. A última movimentação do texto, que pode dar fim às cobranças, foi em 6 de abril, quando se designou relator o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Ontem de manhã, em vídeo postado em redes sociais, Rosana Valle declarou que havia procurado o presidente, que “acionou imediatamente a Casa Civil, pediu prioridade nesse

assunto, e uma medida provisória foi feita”. Sua eventual publicação dependeria de um parecer da Secretaria de Assuntos Jurídicos do Governo.

Em nota, a parlamentar disse agradecer pela atenção do presidente e ficar “feliz por ter atendido tanta gente que me procurou para resolver este problema. Mas a minha luta contra o laudêmio continua até acabar com este tributo do tempo do Império”.

Na última semana, Rosana apresentou um projeto para limitar a duas vezes a inflação oficial, em vez de cinco, o reajuste da taxa de ocupação. O texto tramita em comissões.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 4